POLÍTICA E SOCIEDADE: REFLEXÕES DE UM GESTOR EDUCACIONAL

POLITICS AND SOCIETY: REFLECTIONS OF AN EDUCATIONAL MANAGER

JUAN ARTUR DE OLIVEIRA
Graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Bandeirantes(**2012**), Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (**2015**); Especialista em Educação em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de São Paulo (**2022**), Especialista em Educação em Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal do ABC (**2022**); Professor de Ensino Fundamental II – Geografia – lotado na EMEF Alferes Tiradentes, Professor de Educação Básica II – Geografia – na EE Heloisa Carneiro.

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão teórica sobre a atuação de um gestor educacional a partir da leitura da obra 'Política e Sociedade' de Carlos Eduardo Panosso (2021), buscando a relação entre as Ciências Sociais e da Administração Pública. A partir da leitura e da reflexão do texto de Panosso, entendendo que a atuação no âmbito educacional é dinâmica e as perspectiva são alteradas em consonância a comunidade a qual o gestor educacional está inserido, levando em consideração as tradição clássica e contemporânea da teoria política — incluindo autores como Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Marx, Durkheim, Weber, Bobbio, Hannah Arendt, Michel Foucault, Antonio Gramsci, Jürgen Habermas, John Rawls, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe — como base metodológica e teórica para iluminarmos os conceitos de política, poder, Estado, cidadania e democracia. O texto enfatiza a inseparabilidade entre política e sociedade, a historicidade do Estado moderno, as configurações de poder e a complexidade das práticas democráticas no Brasil contemporâneo, opinando sobre a atuação do gestor em um equipamento público educacional. Ao final, propõe reflexões sobre as possibilidades de fortalecimento da democracia participativa e da formação crítica no campo da Administração Pública de maneira a valorizar a importância do serviço público.

Palavras-chave: Gestor Público Educacional, Política e Sociedade, Poder, Estado, Democracia, Cidadania.

ABSTRACT

This article proposes a theoretical reflection on the role of an educational manager based on a reading of the work 'Politics and Society' by Carlos Eduardo Panosso (2021), seeking the relationship between the Social Sciences and Public Administration. Based on the reading and reflection on Panosso's text, understanding that action in the educational field is dynamic and perspectives change in accordance with the community in which the educational manager is inserted, taking into account the classical and contemporary traditions of political theory — including authors such as Aristotle, Machiavelli, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Marx, Durkheim, Weber, Bobbio, Hannah Arendt, Michel Foucault, Antonio Gramsci, Jürgen Habermas, John Rawls, Ernesto Laclau and Chantal Mouffe — as a methodological and theoretical basis to illuminate the concepts of politics, power, State, citizenship and democracy. The text emphasizes the inseparability between politics and society, the historicity of the modern state, the configurations of power, and the complexity of democratic practices in contemporary Brazil, offering opinions on the role of the manager in a public educational institution. Finally, it proposes reflections on the possibilities of strengthening participatory democracy and critical thinking in the field of Public Administration in order to value the importance of public service.

Keywords: Public Educational Manager, Politics and Society, Power, State, Democracy, Citizenship.

INTRODUÇÃO

A compreensão das relações entre a prática de um gestor educacional e as indicações teóricas que referência a política e a sociedade é condição essencial para qualquer análise, sendo o nosso ponto de partida elucidando as ações coletivas nas instituições públicas. O conceito de política, muitas vezes reduzido ao universo das práticas eleitorais ou àquelas instituições formais (partidos, parlamentos, governos), perde-se quando desconsidera as múltiplas formas pelas quais o poder e as decisões sociais se manifestam cotidianamente. Panosso (2021) parte justamente desse ponto: a política é dimensão intrínseca à vida social, presente nas relações interpessoais, nos arranjos econômicos, nas redes de solidariedade e nos conflitos de interesse. Sendo assim, podemos exercer a política em microambientes, o que nos cabe enquanto gestores, ressaltar isso junto as nossas comunidades de maneira a endossar o direto de todos e as instancias participativas.

Logo, este artigo visa ampliar a leitura de mundo de um gestor público, bem como a proposta de Panosso, dialogando com autores clássicos e contemporâneos para construir um quadro teórico

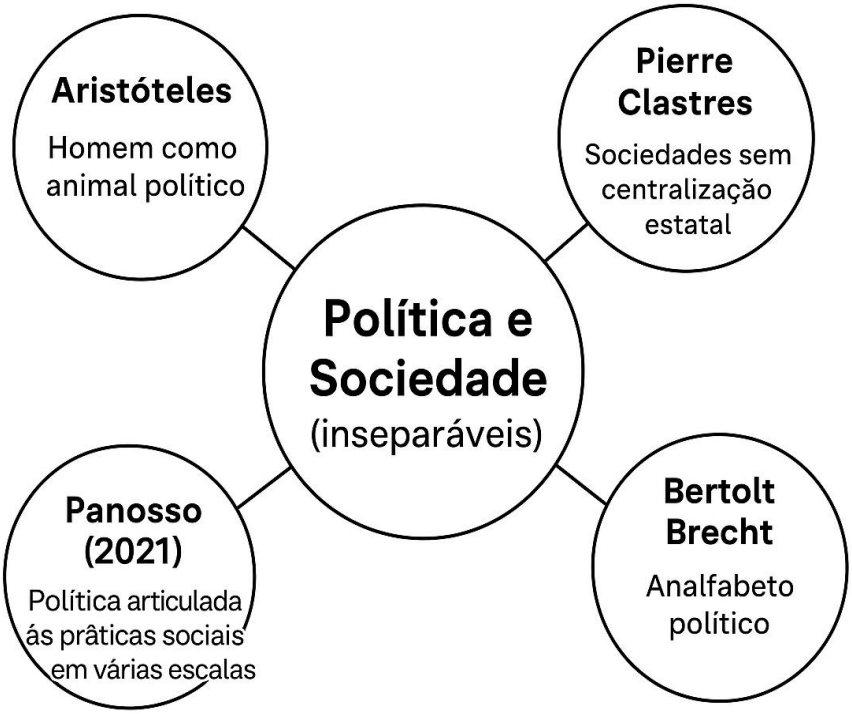
mais denso e situá-lo no contexto do Brasil contemporâneo. A proposta é dupla, e nos cabe elucidar as suas frentes: (a) aprofundar conceitos teóricos fundamentais — poder, Estado, democracia, cidadania —; e (b) articular esses conceitos com trajetórias históricas e problemas empíricos que atravessam a realidade brasileira, como desigualdade social, fragilidade da representação e polarização política.

Com os subsídios da fundamentação teórica, o artigo adota a metodologia de pesquisa bibliográfica e interpretativa, articulando leituras clássicas com estudos recentes sobre democracia e Estado e a atuação do gestor educacional em unidade pública de ensino básico. A escolha por um tom reflexivo e um traço humano que visa preservar o papel crítico do pesquisador como sujeito que não apenas resume, mas que interpreta e propõe. Este trabalho, portanto, não se limita à síntese de Panosso, mas procura ampliar e problematizar suas categorias à luz de outros referenciais práticos e teóricos evidenciando o comparativo histórico e contemporâneo.

POLICITA E SOCIEDADE COMO DIMENSÕES INSEPARÁVEIS

É importante destacar que a ideia de que política e sociedade são inseparáveis encontra raízes profundas no pensamento político e sociológico. Aristóteles já afirmava que o homem é um animal político (zoon politikon), indicando que a vida em comunidade e as decisões coletivas constituem uma esfera central para a realização humana. Tornando assim, todos os ambientes politizados, pois a política rege o ser social. Em continuidade ao contexto a reflexão contemporânea amplia essa perspectiva para além das instituições formais, reconhecendo a política nas práticas cotidianas: nas lutas por reconhecimento, nas práticas de solidariedade, nas redes informais de poder e nos mecanismos de exclusão, algo que precisa ser ressaltado e elucidado a todos os seres sociais, visto que as relações têm influências e consequências.

Panosso (2021) enfatiza essa inseparabilidade ao articular o conceito de política com as práticas sociais em diferentes escalas. Para corroborar essa visão, podemos mobilizar a obra de Pierre Clastres (1974), que discutiu sociedades onde o poder não se centraliza no Estado, e Bertolt Brecht, que alertou para os perigos do 'analfabeto político', sendo esse um dos conceitos que reflete a contemporaneidade, presente nas rodas de conversa em consonância as articulações políticas que estávamos vivenciados. Cabe ressaltar que ainda que produzidos em contextos distintos, ambos os autores ajudam a problematizar a ideia de que a política estaria confinada ao espaço estatal. Sendo a política, ao contrário, atravessa as formas de organização social e se manifesta por meio de acordos, conflitos e ritos sociais.



Hannah Arendt oferece um aporte relevante ao distinguir entre o 'privado' e o 'público' e ao recordar que o espaço público é condição para a ação política coletiva e a liberdade. Para Arendt, a política se ergue no espaço público da fala e da ação, onde os indivíduos aparecem e atuam como atores plurais. Essa concepção dialoga com a proposta de Panosso ao reforçar que a política não é somente técnica ou administração, mas também uma esfera de significado, identidade e disputa simbólica. O que nos remete a escola como um ambiente de saberes e iniciativas políticas face a constante movimentação social que ocorre no espaço físico em decorrência dos movimentos sociais da comunidade.

POLÍTICA E PODER UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL

É importante para a sociedade compreender a política, haja vista o seu conceito necessariamente teórico que nos reflete no poder. Max Weber definiu poder como a probabilidade de imposição da própria vontade dentro de uma relação social, ainda que contra resistência. Para Weber, o Estado moderno detém um monopólio legítimo da violência, um conceito que ainda hoje ilumina a análise sobre o aparato coercitivo estatal. Algo que nos “limita” enquanto sociedade de direitos, atuante na sua forma mais simples e pura na contemporaneidade. Norberto Bobbio, por sua vez, diferencia várias formas de poder — econômico, ideológico e político —, mostrando que o Estado e as instituições são apenas algumas das muitas arenas em que o poder se exerce.

Um outro olhar, o de Michel Foucault amplia a noção de poder ao desconstruir a ideia de poder como propriedade exclusiva de um sujeito (Estado, monarca, partido). Para Foucault, o poder é

difuso, produtivo e atravessa instituições, saberes e práticas: existem 'micropoderes' que moldam comportamentos e subjetividades. Essa leitura é especialmente útil para analisar a política contemporânea, marcada por biopolítica, governamentalidade e pela importância de tecnologias de governo que atuam na vida cotidiana, algo inclusive que deve ser ressaltado em nossas práticas como educadores, pois a sociedade contemporânea é a sociedade da informação e as mídias sociais, podem ser um grande canal para difusão dos conhecimentos básico e empírico.

Aprofundando-se nessa análise Antonio Gramsci, por sua vez, centra a atenção na hegemonia cultural — a capacidade de um grupo impor seus valores e normas como senso comum, o que é de fato observado em nossas relações sociais. A hegemonia não se sustenta apenas pela coerção, mas por um consenso produzido em instituições e práticas culturais. A articulação entre coerção e consentimento é, portanto, crucial para compreender a reprodução do poder nas sociedades modernas.

O ESTADO MODERNO E O CONTRATUALISMO NA PERSPECTIVA EDUCACIONAL

Percebendo a escola como o ponto de partida das relações sociais e políticas, é importante destacar que as relações ali estabelecidas, foram fundamentais para construção do Estado moderno que é frequentemente explicado a partir das formulações de Maquiavel e dos contratualistas (Hobbes, Locke, Rousseau). Maquiavel descreve a política como um campo autônomo de ação, no qual o príncipe deve manejar virtù e fortuna para manter o poder (Nos remetendo ao capitalismo, descrevendo o dito popular que o mundo é dos espertos). Os contratualistas, por sua vez, legitimam o Estado a partir de um acordo entre indivíduos — seja como um pacto de submissão em Hobbes, seja como garantia de direitos e propriedade em Locke ou como vontade geral em Rousseau.

Seguindo essa linha de raciocínio, Hobbes, no 'Leviatã', concebe o Estado como resposta à condição natural marcada por conflito e insegurança; a autoridade soberana é o resultado do contrato que assegura a paz. Locke enfatiza a proteção da propriedade e a limitação do poder estatal por meio dos direitos naturais; Rousseau propõe que a vontade geral, expressão do coletivo, seja a base da legitimidade política. Essas distinções são fundamentais não apenas do ponto de vista histórico, mas para compreender debates contemporâneos sobre soberania, representação e participação, algo que devemos enaltecer no ambiente escolar, privilegiando todos os espaços da unidade escolar, bem como todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, pois o debate e a reflexão se fazem necessários no cenário que estamos envolvidos.

Logo, é importante salientar que Montesquieu, ao propor a separação dos poderes, oferece um princípio organizador para o Estado liberal, que visa evitar a concentração de autoridade e proteger liberdades individuais. Entretanto, a prática histórica demonstra que a separação formal dos poderes não garante, por si só, a efetividade democrática ou a igualdade social, elucidando ainda mais a necessidade da discussão nas escolas desde a educação básica.

PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS DO ESTADO: MARX, DURKHEIM E WEBER

Entrando em um viés mais prático do ponto de vista social, é importante ressaltarmos as interpretações sociológicas do Estado que apresentam enfoques distintos. Para Marx, o Estado é um instrumento da classe dominante, um aparato que reproduzem as relações de produção e os interesses de uma determinada fração social. A leitura marxista enfatiza a dimensão de classe e a relação entre economia e política. É importante evidenciar que essa é a teoria mais difundida.

Em contrapartida Durkheim, vê o Estado como um produto da solidariedade social e da necessidade de regular a vida coletiva. A coesão social e as instituições morais são elementos centrais para entender o papel do Estado na manutenção da ordem social. O que nos remete em ações integrativas

Weber, por sua vez, analisa o Estado a partir da noção de burocracia e legitimidade. A racionalização do poder e a administração impessoal configuram uma forma específica de dominação, que possui virtudes (efetividade, previsibilidade) e limites (despersonalização, distanciamento da participação democrática). A tensão entre racionalização burocrática e democracia é um tema recorrente nas análises sobre administração pública.

DEMOCRACIA: CONCEITOS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Se vivemos em uma sociedade democrática, o conceito de democracia deveria ser inato de todo e qualquer ser social, atuante ou não na construção de políticas públicas. Logo a democracia, entendida como regime político, envolve tanto regras e procedimentos quanto práticas políticas e culturais. Norberto Bobbio contribuiu para a compreensão da democracia como um regime em constante construção, pautado por direitos, participação e competição. Joseph Schumpeter destacou a dimensão procedimental e competitiva da democracia — onde cidadãos escolhem entre elites concorrentes — enquanto Robert Dahl enfatizou a importância de poliarquia e instituições inclusivas, algo que vem sendo difundido na atualidade.

Jürgen Habermas oferece uma visão normativa focada na esfera pública e na comunicação livre e racional como condições para a validade normativa das decisões políticas. Habermas chama atenção para a necessidade de institucionalizar canais de deliberação que ampliem a participação e reduzam assimetrias comunicativas, eliminando as lacunas sociais e viabilizando a unificação social.

Teóricos contemporâneos como Laclau e Mouffe problematizam a ideia de racionalidade deliberativa, argumentando que a política é radicalmente antagonista e que as identidades políticas se constroem por meio de hegemonias discursivas. Para eles, a democracia precisa reconhecer a existência de conflitos e articular formas institucionais que permitam a expressão das dissents.

POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O Brasil oferece um terreno fértil para examinar a relação entre política e sociedade em sua complexidade histórica. Desde a formação colonial até a República, o país foi marcado por estruturas de poder que reproduzem desigualdades profundas: latifúndio, escravidão, concentração de renda e exclusão social. Essas heranças históricas moldaram tanto as instituições quanto as práticas políticas que são refletidas nas ações contemporâneas. A nossa herança histórica tem muito a nos dizer no que diz respeito as relações construídas em nosso território, o que diversas vezes pode ser refletida em nossas ações na escola como educadores.

Vale ressaltar que a transição para a democracia no final do século XX e a Constituição de 1988 representaram avanços significativos, principalmente ao ampliar direitos sociais e promover mecanismos de participação. No entanto, a consolidação democrática enfrenta desafios persistentes: corrupção, clientelismo, desigualdades regionais, violência e fragilidade das instituições em face de crises políticas, que por diversas vezes são enaltecidas pelos governantes fazendo a população de massa de manobra para os seus anseios.

A polarização política recente e a emergência de discursos autoritários têm colocado em tensão a democracia brasileira. As redes sociais e a circulação acelerada de informações bem como as Fake News, contribuem para a fragmentação do espaço público e para a produção de bolhas informacionais que dificultam a deliberação pública e ao debate empírico do cenário atual.

A representatividade é outro ponto crucial: o sistema político brasileiro insiste em formas de representação que frequentemente distanciam eleitores de seus representantes, face aos inúmeros partidos que ao invés de representar uma parcela da população ou alguma minoria, se subdividem. Gerando assim uma baixa confiança nas instituições poderia ser compreendida como resultado tanto de falhas institucionais quanto de desigualdades socioeconômicas que limitam o acesso efetivo à cidadania.

As minorias por meio dos movimentos sociais desempenham papel central na vida política brasileira. Do movimento sindical às lutas por terra, passando por movimentos de mulheres, movimentos negros e coletivos LGBT+, as formas de organização social têm pressionado por inclusão e reconhecimento. Essas mobilizações confirmam a tese de Panosso sobre a ubiquidade da política na sociedade e mostram que canais formais não são os únicos espaços de contestação e participação.

A administração pública brasileira, por sua vez, enfrenta o desafio de conciliar eficiência com justiça social. As políticas públicas relacionando-se com a assistência social, educação, saúde, são arenas onde se mede a qualidade da democracia e a capacidade do Estado de responder às demandas sociais. A centralidade do poder público na regulação desses campos torna imprescindível a formação de quadros públicos comprometidos com a justiça distributiva e a ética administrativa.

CASOS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Enaltecendo a discussão correlacionando-a aos fazemos práticos, se faz necessário a ilustração das tensões teóricas aqui discutidas, vale considerar alguns exemplos empíricos recentes: processos de impeachment, crises de governabilidade, operações anticorrupção e movimentos de

rua. Os impeachments de presidentes (ex.: 2016) e as intensas investigações sobre corrupção revelam tanto mecanismos de responsabilização quanto usos político-institucionais desses instrumentos, algo que por vezes vivemos e não discutimos e/ou não encontramos relação com política, sendo algo que movimenta a sociedade, ainda mais se formos pensar do ponto de vista educacional.

Os acontecimentos como as operações da Lava Jato tiveram impacto profundo no debate público, ao mesmo tempo em que suscitaram controvérsias acerca de garantias processuais, seletividade e usos institucionais do aparato judicial. Essas controvérsias expõem a necessidade de equilibrar a busca por responsabilização e a preservação dos princípios democráticos, que devem ser validadas por todos os cidadãos e principalmente pelos professores, incentivando a discussão e o debate social entre os educandos, aguçando assim o senso crítico de casa ser social ali presente.

Já os movimentos sociais, por outro lado, expressam formas de resistência e proposição que frequentemente escapam aos canais institucionais. As insurreições nos territórios urbanos, as ocupações de terra e escola, e as organizações de base são exemplos de como a sociedade civil inova em repertórios de ação política, assuntos que também devem ser pautados e discutidos nos debates supracitados.

DISCUSSÃO CRÍTICA E REFLEXÕES AUTORAIS

Durante a reflexão entre a sociedade atual e a leitura ampliada de Panosso, quando confrontada com outros referenciais, pude perceber pontos de convergência quanto lacunas interpretativas. Panosso a meu ver acerta quando insisti na inseparabilidade entre política e sociedade; no entanto, a obra poderia aprofundar a discussão sobre as dimensões simbólicas do poder e as mediações culturais que sustêm hegemonias, o que na prática vivenciamos no território e que de maneira geral poderíamos valorizar as políticas públicas de maneira mais efetiva aos cidadãos.

Seguindo nessa perspectiva é crucial reconhecer que as práticas políticas contemporâneas não são apenas resultado de estrutura institucional, mas também de dinâmicas simbólicas e comunicacionais que moldam percepções e identidades, pois isso pode refletir no futuro e a nossa sociedade, se incentivarmos uma construção social pautada na valorização do debate voltadas a formação social, certamente as teorias fariam mais sentido em todas as análises sintáticas. Nesse sentido, a análise de Foucault sobre saber/poder e as investigações de Habermas sobre esfera pública dialogam com as preocupações de Panosso e ajudam a formular estratégias mais precisas para a formação cidadã, o que poderíamos enaltecer nas instituições de ensino, ou levar ao debate docente para aplicabilidade na educação básica.

Outrossim, é relevante a interseção entre desigualdade socioeconômica e participação política, algo pouco falado e muito visto em nossa sociedade que reflete toda essa discrepância social. A democracia não é apenas um conjunto de regras eleitorais: exige condicionantes materiais bem como

acesso à educação, saúde, renda o que nos permitem a efetiva participação no processo de construção social. Políticas públicas que não enfrentam a desigualdade acabam por reproduzir exclusões, minando o potencial democrático bem como as suas instituições.

Logo propõe-se, portanto, uma agenda prática inspirada nas reflexões de Panosso: (a) fortalecer a educação política e a formação de servidores públicos com ênfase ética; (b) ampliar mecanismos de participação deliberativa em âmbitos locais; (c) enfrentar as desigualdades por meio de políticas redistributivas; e (d) promover transparência e accountability para restaurar confiança nas instituições.

É ressaltado que a administração pública tem papel crucial nessa agenda. Uma burocracia profissional, democrática e sensível às demandas sociais pode reduzir distâncias entre Estado e sociedade. Para tal, é necessário investir em capacitação, mecanismos de controle social e instrumentos que tornem as decisões públicas mais acessíveis e compreensíveis, o que devemos elucidar a sociedade atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente se faz necessário o debate e a reflexão política no seu contexto social, filosófico e prático, de modo a evidenciar a análise empírica do descrito em 'Política e Sociedade' de Panosso (2021), difundida, refletida e comparada ao longo deste artigo, é importante reafirmar que a política é dimensão constitutiva da vida social, e que essa construção se inicia na escola, sendo ela o primeiro ambiente político que um ser social frequenta fora do seu nicho familiar. O Estado moderno, as formas de poder e a prática democrática estão interligados em um processo histórico correlacionado as intervenções externas e internas do nosso próprio processo evolutivo que exigem diagnóstico crítico e intervenções normativas, sendo a nossa atuação como gestor primordial para esse processo, pois a unidade escolar é o ambiente de crescimento social.

Evocando para nossa realidade, na grande metrópole a crise de representatividade e as desigualdades estruturais colocam desafios significativos à efetivação de uma democracia substantiva, o que devemos trabalhar já na educação básica, desenvolvendo o senso crítico social e enaltecendo a força social. Ainda assim, as múltiplas formas de participação social indicam caminhos potenciais para a construção de um tecido democrático mais denso, por meio do debate e da efetiva participação de todos os grupos sociais, e a influência do gestor em uma comunidade, haja vista a possibilidade de abertura de possibilidades aos cidadãos em formação.

De maneira geral foi possível observar por meio da análise e reflexão da bibliografia apresentada que o fortalecimento da educação política, o aprimoramento de canais deliberativos e a implementação de políticas públicas que promovam equidade, se fazem necessários em qualquer cenário histórico/social, sendo o atual momento o da informação por meio da internet, o de enfoque para minimizar as Fake News. A obra de Panosso, nesse sentido, funciona como catalisadora de um pensamento crítico que deve orientar tanto a pesquisa quanto a prática na Administração Pública,

sejam elas na escola ou em instituições maiores que representam a nossa sociedade de maneira geral.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. A condição humana. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

HABERMAS, Jürgen. The Structural Transformation of the Public Sphere. Cambridge, MA: MIT Press, 1989.

HOBBES, Thomas. Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemony and Socialist Strategy. Londres: Verso, 2001.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo civil. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MONTESQUIEU, Charles de. O espírito das leis. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARX, Karl**; ENGELS**, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

PANOSSO, Carlos Eduardo. Política e Sociedade. Brasília: PNAP; Recife: UPE/NEAD, 2021.

RAWLS, John. A Theory of Justice. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalism, Socialism and Democracy. Nova York: Harper, 1942.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2018.